

Governo terá dificuldades para promover recessão

Mário Rosa*

BRASÍLIA — Na tarde de 16 de março, o empresário carioca Roberto Levacov, diretor da Inega — maior indústria de confecção do Rio de Janeiro —, interrompeu seu expediente de trabalho para assistir, na TV, ao lançamento do Plano Collor. Perplexo com o que via e ouvia, ele convocou uma reunião para depois da transmissão. Anunciou que manteria os 1.500 funcionários da Inega em seus empregos, mas definiu um profundo corte de gastos que incluía as 30 garrafas térmicas de café consumidas diariamente na empresa. Já que os compradores brasileiros não teriam mais dinheiro, Levacov decidiu exportar 80% das 200.000 peças que a Inega produziria naquele mês. Contra todas as expectativas iniciais, Levacov fechou o balanço de maio com uma surpresa: a Inega vendeu 260.000 peças no mês, 30% a mais do que antes do plano. De quebra, ainda contratou mais 75 operários.

"Para nossa surpresa, a fera da recessão era até bonita", diz Levacov. Casos como o do diretor Inega não foram raros após a edição do Plano Collor e espelham um dos maiores obstáculos que o novo governo terá de transpor para alcançar seus objetivos no campo econômico. Montado inicialmente para provocar um tranco na atividade produtiva, o pacote do novo governo não acertou o alvo. A recessão apregoadada como inevitável acabou não se materializando — e, agora, a equipe econômica anuncia novamente a disposição de engessar a economia, como única maneira de barrar a volta da inflação. "Tenho toda a tranquilidade de dizer que vamos provocar uma recessão neste momento, pois o objetivo do governo é acabar com a inflação", afirma a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. "Combater a alta de preços é a meta número um e vamos alcançá-la de qualquer jeito, custe o que custar", acrescenta a ministra.

Tarefa difícil — É evidente que o país, hoje, caminha para um ambiente de recessão. Não se pode negar também que, caso o freio na atividade econômica se confirme, como quer o governo, os salários terão seu poder de compra reduzido e, com isso, as empresas serão forçadas a baixar os preços — se não quiserem ver seus estoques encalhados. O fato, contudo, é que provocar uma paralisação no sistema produtivo não é tão fácil como pode parecer. A vitalidade da economia brasileira já chegou a inspirar um slogan famoso na época do chamado milagre econômico, no final dos anos 70: *Ninguém Segura Este País*. Se Zélia for bem-sucedida em sua estratégia, poderá até cunhar um novo lema: *Alguém Segura Este País*. "Mesmo com o Plano Collor, não há recessão, mas apenas uma desorganização na economia", afirma o ex-ministro do Planejamento, o deputado Delfim Netto. "Fazer recessão no Brasil é uma tarefa que envolve diversos riscos e é difícil de ser alcançada", acrescenta.

Delfim faz o diagnóstico com a autoridade de quem já esteve à frente do timão da economia tanto na época do milagre, quanto na mais recente recessão, a de 1981 e 1983, quando a produção brasileira emagreceu à taxa de 4,4% e 3,5%, respectivamente. Nas pranchetas de Zélia e sua equipe, a economia brasileira registraria uma recessão de até 3% até o final do ano. O problema, no caso de uma recessão, encontra-se numa questão política: recessão torna o governo impopular. "Ninguém faz recessão de propósito", sentencia Delfim. "É muito mais fácil administrar o crescimento do que a recessão", reconhece a ministra Zélia. Há também outros problemas na receita recessiva.

Tradição de crescimento — "O Brasil é um país que possui uma tradição de crescimento

Murilo Menon — 20.10.89



Butori: caminho da depressão

Getúlio Vilanova

A todo vapor

ANO	PIB*
1900	3,18
1910	5,00
1920	7,39
1930	11,19
1940	18,43
1950	32,58
1960	66,69
1970	118,48
1980	250,00
1990	350,00**

*(Produto Interno Bruto)

** (estimativa)

Fonte: UFRJ

(Em bilhões de dólares)

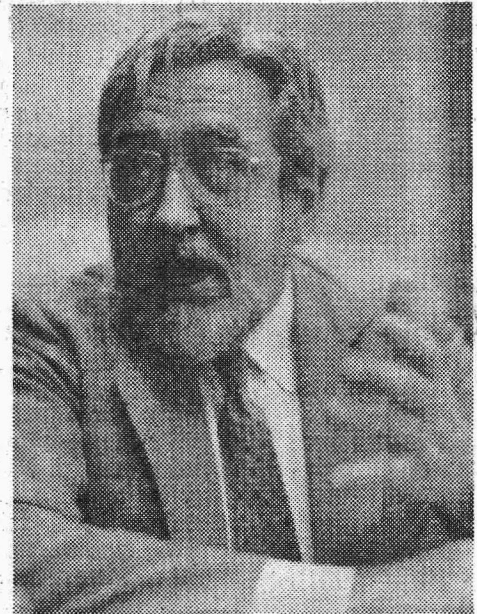
O Brasil foi o país que mais cresceu no século 20 e em 90 anos viu sua economia se multiplicar 100 vezes

e nunca experimentou recessões tão profundas ou tão demoradas como outras nações do mundo. É o país do desenvolvimento", diz o professor Cláudio Contador, do Instituto de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de um dos mais completos estudos da história econômica brasileira, intitulado *Crescimento Econômico e Inflação: Uma quantificação da história brasileira*, Contador respalda sua opinião numa montanha de evidências. Em 1900, o país possuía um PIB (Produto Interno Bruto) avaliado em US\$ 3,18 bilhões de dólares. Hoje, o PIB brasileiro é mais de 100 vezes maior: cerca de US\$ 350 bilhões. Há quem enxergue no desempenho do Brasil neste século apenas uma espécie de efeito-rolha. "Durante o Império, o Brasil ficou parado", afirma o ex-ministro e hoje senador, Roberto Campos.

Na verdade, a expansão das fronteiras econômicas do país é inequívoca. Em 1900, o Brasil possuía uma economia 60 vezes menor do que a dos Estados Unidos. Em 1940, essa relação diminuiu para 40 vezes e, hoje, a economia brasileira representa um décimo da americana. Até 1973, por exemplo, a economia nacional era menor do que a da Argentina, mas hoje o PIB brasileiro é duas vezes maior do que o de seu vizinho. De 1960 a 1985, entre os 200 países que cresceram no mundo, o Japão foi o que registrou o maior aumento de sua renda *per capita*: 7,1%. O Brasil ficou em segundo lugar com uma taxa de 5,1%, quase duas vezes maior do que a dos Estados Unidos. É claro que o crescimento trouxe o progresso e acirrou a concentração de renda. Oitava maior economia do ocidente, o Brasil ostenta o dobro do índice de mortalidade infantil de um país como Sri-Lanka, que possui uma renda *per capita* cinco vezes menor do que a brasileira.

Pressões — Difícil de conduzir por suas consequências sociais, é nos bastidores que a recessão exhibe sua face mais ameaçadora para quem está no poder. "O ministro tem um limite até onde pode ir na recessão, sem comprometer a própria estabilidade do governo", diz Delfim.

Ariovaldo Santos — 15.3.90



Orth: dispensar 20% até julho

J.C. Brasil - 8/6/89



Levacov: recessão domada

Quando lançou o Plano Collor, Zélia viu seu gabinete se transformar ao mesmo tempo numa arena de pressões e num muro de lamúrias. Reciosa, acabou cedendo ao catastrofismo, irrigou com cruzeiros a economia e hoje sua equipe se arrepende desse erro inicial. Para piorar, passou a administrar golpes desferidos de dentro da máquina estatal.

"Ministra, se nós não recebermos cruzeiros vamos ter que demitir 80 mil operários", ameaçou o presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos), Jacy Mendonça, no final de março. Irritada, até hoje Zélia prefere não se reunir com Mendonça. Outra cena de catastrofismo pós-plano foi protagonizada pelo presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodriguez. "Sem dinheiro, os produtores vão paralisar as estradas brasileiras com seus tratores", disse Rodriguez a Zélia numa reunião em Brasília. Um companheiro de Rodriguez, Alysso Paulinelli, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, foi ainda mais dramático. "A recessão pode provocar uma onda de saques a supermercados", disse Paulinelli.

As pressões que Zélia vem sofrendo não chegam a ser uma novidade. Durante uma visita a Cuiabá no final de 1981, logo após oficializar uma série de restrições ao crédito agrícola, Delfim Netto pôde constatar como é difícil a um governante pisar o freio da economia brasileira e sair ileso. Era o mesmo Delfim que, como ministro da Agricultura na fase inicial do governo Figueiredo, havia convocado os produtores rurais a investir, sob a inspiração do slogan: "Plante que o governo garante". Ao desembarcar na capital do Mato Grosso, Delfim encontrou as ruas bloqueadas por centenas de tratores. Ainda perto do aeroporto, deparou com faixas de tamanhos diferentes, mas de conteúdo comum: "Plante pouco que o gordo é louco". Delfim relembra o episódio: "Nem quis reagir, pois no dia em que um ministro tiver que vencer as pessoas em sua volta de que ele não é louco, é porque alguma coisa anormal está acontecendo".

17.9.87



Lorenzetti: contornar a crise